



Caderno de Provas

CPG 10 – NS

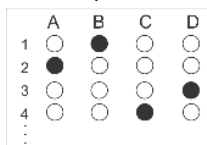
PROFESSOR FUNDAMENTAL I (PEDAGOGO)

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Didática e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	15 questões	30 pontos
Didática	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	25 questões	50 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 15 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP, uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia, como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, podemos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em *campi* diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN
EDITAL Nº 001/2023

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação subsidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023.[Adaptado]

01. No texto, há um predomínio do tipo

- A) explicativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- B) explicativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.
- C) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- D) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.

02. Ao concluir o texto, o autor

- A) é categórico ao considerar como improdutiva a parceria entre o público e o privado na educação.
- B) modaliza o discurso ao se referir à necessidade de parceria entre o público e o privado na educação.
- C) é categórico ao considerar todo e qualquer processo de privatização da educação com algo fadado ao insucesso.
- D) modaliza o discurso ao se referir ao caráter nocivo da privatização em países com sistema educacional deficitário.

03. Sobre a progressão do tema, é correto afirmar:

- A) no parágrafo 9 é desenvolvida ideia que se contrapõe ao que é abordado entre os parágrafos 2 e 8.
- B) o parágrafo 7 é desenvolvido por comparação e ele tão somente reforça a ideia do parágrafo anterior.
- C) do parágrafo 2 ao 8 é abordado um dos aspectos do tema; há uma mudança de foco no parágrafo 9.
- D) o parágrafo 12 sinaliza que a abordagem do tema se dá, exclusivamente, pelo viés da questão financeira.

04. Apresenta propósito comunicativo semelhante ao do texto desta prova o gênero textual

- A) editorial.
- B) notícia.
- C) artigo informativo.
- D) relatório técnico.

As questões 5 e 6 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

05. A palavra “cuja”, nesse contexto linguístico,

- A) é pronome possessivo variável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial.
- B) é pronome possessivo invariável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial
- C) é pronome relativo invariável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.
- D) é pronome relativo variável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.

06. O uso da palavra “corolário” remete a

- A) um fato que se opõe a outro.
- B) uma situação que exclui a outra.
- C) um fato que se sobrepõe a outro.
- D) uma situação que é decorrente de outra.

07. Leia o trecho abaixo.

Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Sobre as palavras “entretanto”, “como”, “caso” e “portanto”, nesse trecho, é correto afirmar:

- A) “entretanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de comparação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- B) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de causa; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- C) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de explicação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição.
- D) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de conformidade; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.

08. A palavra “que” está empregada com função de conjunção em

- A) “Vale observar que esses valores estimados têm incertezas [...]”
- B) “No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes [...]”
- C) “[...] unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas [...]”
- D) “[...] algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades [...]”

09. Analise o período abaixo.

No caso de algumas unidades que oferecem cursos **a[1]** estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída **àqueles[2]** unidades que recebem os cursos.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar:

- A) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente direta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- B) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente indireta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.
- C) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- D) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.

10. Leia o trecho abaixo.

Um dos “arqumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações [...]

As aspas foram empregadas para

- A) assinalar palavra de uso conotativo.
- B) delimitar trecho de citação textual.
- C) desqualificar uma visão corrente.
- D) sinalizar palavra de uso popular.

11. Analise o período abaixo.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado.

É correto afirmar que esse período

- A) é simples, construído em torno de um verbo irregular e na forma impessoal.
- B) é simples, construído em torno de um verbo regular e na forma impessoal.
- C) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos irregulares e pessoais.
- D) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos regulares e pessoais.

12. Considere o trecho abaixo.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos [...]

De acordo com as orientações normativas da língua portuguesa, o uso do pronome oblíquo em vez de um pronome do caso reto, nesse trecho,

- A) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento indireto.
- B) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento direto.
- C) é opcional, uma vez que o pronome do caso reto, nessa posição, exerceria a mesma função sintática.
- D) é opcional, uma vez que, nesse caso, os pronomes oblíquos e retos não exercem função sintática.

13. Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade.

Nesse período, o substantivo **despesas** é substituído por

- A) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto direto, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.
- B) um pronome relativo que exerce função sintática de adjunto adverbial, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- C) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto indireto, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- D) um pronome relativo que exerce função sintática de sujeito, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.

As questões 14 e 15 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado [...]

14. Sobre a locução verbal presente nesse trecho, considerando-se as orientações normativas da língua portuguesa, é correto afirmar:

- A) o verbo auxiliar está no singular porque é um verbo impessoal.
- B) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no plural.
- C) o verbo auxiliar está no singular devido à impessoalidade do verbo principal.
- D) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no singular.

15. O verbo auxiliar da locução verbal presente nesse trecho está no modo

- A) subjuntivo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- B) imperativo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- C) imperativo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.
- D) subjuntivo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

16. O processo de ensino e de aprendizagem é, essencialmente, um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos. Nessa perspectiva, o caráter pedagógico da prática educativa verifica-se como
- A) ação não intencional e planejada, cuja influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas, econômicas e políticas dos alunos.
 - B) ação consciente, sistematizada, cuja finalidade é promover a formação humana como campo específico do saber informal, de acordo com as condições socioeconômicas do aluno.
 - C) ação consciente, não intencional e sistematizada que atuam no processo de formação humana, por meio de objetivos estabelecidos por critérios sociais e políticos referentes ao papel da educação em um determinado sistema de relações sociais.
 - D) ação consciente, intencional e planejada por meios de objetivos e meios que são estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade.
17. A aprendizagem é um processo ativo que ocorre no sujeito, por meio de uma interação constante com o ambiente, no qual estruturas cada vez mais complexas vão sendo construídas. Nesse sentido, o processo avaliativo da aprendizagem e do desenvolvimento deve ocorrer considerando o apoio de diferentes perspectivas do conhecimento: epistemológica, histórica, filosófica, psicológica, sociológica, pedagógica. Sob o enfoque epistemológico, a avaliação deverá
- A) centrar-se no papel das relações de sala de aula e seu impacto nas práticas avaliativas.
 - B) entender o poder e a função social da avaliação e seus impactos nas práticas avaliativas.
 - C) considerar que concepções de conhecimento estão subjacentes a diferentes práticas de avaliação.
 - D) extrapolar o espaço da sala de aula, considerando os determinantes estruturais das práticas avaliativas.
18. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) atual, Art. 24, Item V, a verificação do rendimento escolar deverá observar alguns critérios, dentre os quais encontra-se a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Segundo a autora Jussara Hoffmann (1998), o termo *qualitativo* sofre, de fato, múltiplas interpretações pelos docentes, o que dificulta a compreensão do que a lei estabelece a respeito. Nesse sentido, o aspecto qualitativo se
- A) baseia no processo contínuo e cumulativo da avaliação.
 - B) refere à análise de atitudes e aos comportamentos do estudante na escola.
 - C) refere aos interesses e à observação do desenvolvimento intelectual do estudante.
 - D) baseia num processo com menos medição e menos aferição de conhecimento contextualizado.
19. De acordo com Libâneo, na escola, a aula é a forma, predominantemente, de organização do processo de ensino. Nela se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognitivas. Sob essa ótica, deve-se compreender a aula como
- A) o conjunto das formas didáticas organizadas e dirigidas pelos estudantes, tendo em vista o processo de ensino e de aprendizagem.
 - B) a condução do trabalho docente tendo em vista a formação individual dos alunos, estimulado o espírito de competitividade entre eles.
 - C) a estruturação, a seleção e a organização de atividades que possibilitem desenvolver, de forma homogênea, as capacidades cognitivas dos estudantes.
 - D) o conjunto dos meios e as condições pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da atividade própria do aluno no processo da aprendizagem escolar.

20. A metodologia ativa caracteriza-se pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados
- A) na atividade do estudante com a intenção de propiciar a aprendizagem.
 - B) na atividade do professor, como protagonista do ensino e da aprendizagem.
 - C) nas teorias da atividade, concentrando-se na estrutura de atividades como entidades constituídas historicamente.
 - D) nas teorias da socialização, com foco na aquisição do direito à participação e construção de identidades dentro de comunidades de prática.
21. Ao planejar, o professor define um tema, determina os objetivos, os conteúdos a serem ensinados, o melhor caminho a ser utilizado (metodologia) e a avaliação para identificar se a aprendizagem, de fato, ocorreu. Nesse processo, o professor deve elaborar
- A) plano de aula.
 - B) projeto didático.
 - C) sequência didática.
 - D) programa de disciplina.
22. Na visão de Moran (2019), as metodologias ativas dão ênfase ao papel de protagonista dos aprendizes na sua relação dinâmica com todos os participantes e componentes do processo de ensino e aprendizagem, especialmente com os docentes. Esse processo é, ao mesmo tempo, ativo e
- A) flexível, complexo e participativo, sob a ótica dos discentes.
 - B) amplo, dimensional e contextual, com o aval de alunos e professores.
 - C) reflexivo, de experimentação e análise, sob a gestão dos professores.
 - D) significativo, com possibilidades de personalização, sob o direcionamento da equipe pedagógica.
23. Metodologias ativas em contextos híbridos trazem mais mobilidade, personalidade de mobilização, de compartilhamento, de *design* de experiências diferentes de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula e da escola. Assim pensada, a aprendizagem híbrida destaca
- A) a flexibilidade, a mistura e o compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
 - B) as alternativas metodológicas, a mistura e o compartilhamento de ideias, a utilização de técnicas e instrumentos midiáticos, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
 - C) a diversidade, a interação e o compartilhamento de espaços, cores, tempos e sons, atividades diversificadas, tecnologias e mídias, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
 - D) o entendimento e a compreensão bem como as estratégias mais complexas de ensino, trabalho e instrumentos tecnológicos, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
24. Este ato de planejar configura-se como processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente. Além disso, promove a articulação entre a atividade escolar e a problemática do contexto social, que tem sua concretização nas propostas pedagógicas da escola. Essa descrição refere-se ao
- A) planejamento escolar.
 - B) planejamento curricular.
 - C) planejamento de ensino.
 - D) planejamento educacional

25. A intencionalidade educativa está presente no processo de ensino e é indicadora das concepções de quem a propõe. Essa intencionalidade define o caminho a ser percorrido e os veículos pelos quais esse caminho será percorrido. Veiga (2004) considera dois conceitos básicos para o entendimento das diferentes abordagens do processo didático, *método* e *técnica*. Para a autora, método é
- A) a instância intermediária, o componente operacional de cada proposta metodológica nas situações práticas.
 - B) a técnica utilizada, considerando que as práticas pedagógicas tem a mesma intencionalidade educativa.
 - C) o elemento sistematizador do processo de ensino, que não determina o tipo de interação a ser estabelecida entre professor, alunos e conteúdos.
 - D) o elemento unificador e sistematizador do processo de ensino, que determina o tipo de interação a ser estabelecida entre professor, alunos e conteúdos, conforme a orientação que o fundamenta.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. O título IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) vigente, denominado “Da organização da Educação Nacional”, estipula, como tarefa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, a organização, em regime de colaboração, dos seus sistemas de ensino. Na distribuição das competências entre as diversas instâncias de governo, compete à União
- A) assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual.
 - B) definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental.
 - C) elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - D) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental nos municípios e estados.
27. Os dispositivos do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) devem ser cumpridos por todas as escolas e demais instituições educativas integrantes das três instâncias federativas. Entre os seus principais desdobramentos encontra-se aquele que se refere
- A) à produção de indicadores de rendimento escolar e de avaliação institucional, a cada 3 anos, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
 - B) a formular, no prazo de um ano da vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação para assegurar formação em nível superior de todos os profissionais da educação básica.
 - C) à publicação, pelo INEP, a cada 3 anos, de estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas, contemplando o Distrito Federal e cada um dos estados e municípios e consolidando nacionalmente as informações.
 - D) ao monitoramento esporádico e às avaliações periódicas do cumprimento das metas a serem efetuados pelo MEC, pelas Comissões de Educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Fórum Nacional de Educação.
28. Numa perspectiva da educação inclusiva, a Lei nº 12.764/2012, Art. 1º, § 2º, estabelece, para todos os efeitos legais, que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com
- A) deficiência.
 - B) deficiência não persistente.
 - C) padrões restritivos e não repetitivos de comportamentos.
 - D) comportamentos sensoriais comuns e excessiva aderência a rotinas.
29. A LDBEN 9394/96, em seu Artigo 27, define quatro diretrizes que deverão ser observadas em relação aos conteúdos curriculares da educação básica. Essas diretrizes estão explicitadas nos itens a seguir.
- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse próprio de cada indivíduo, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
 - II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
 - III - orientação para o trabalho, a pesquisa e a extensão;
 - IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.
- Estão corretos os itens
- A) I e II.
 - B) II e IV.
 - C) II, III e IV.
 - D) I, II e III.

30. Na formação continuada docente, as aprendizagens devem ocorrer por meio de procedimentos que possibilitem aos sujeitos estabelecer um processo de ressignificação/reconstrução ou de “mudança conceitual” entre os saberes prévios e os novos saberes em aquisição. Conforme Elsa Garrido (2001), a mudança conceitual implica mudanças de ordem
- A) econômica e social.
 - B) histórica e emocional.
 - C) política e socioemocional.
 - D) metodológica e epistemológica.
31. Na sociedade da informação, o docente se depara com uma nova categoria do conhecimento, denominada digital, impondo mudanças da prática pedagógica no eixo do ensinar para optar pelos caminhos que levem ao aprender. Nesse sentido, o reconhecimento da era digital, pelo docente, como uma nova forma de categorizar o conhecimento implica
- A) mistificar o uso indiscriminado de computadores no ensino, enfatizando a construção individual do conhecimento.
 - B) enfrentar os recursos eletrônicos como ferramentas para construir processos metodológicos mais significativos para aprender.
 - C) descartar o caminho trilhado pela linguagem oral e escrita, que acompanham historicamente o processo pedagógico de ensinar e aprender.
 - D) ensejar uma prática docente voltada para a construção coletiva do conhecimento, criando possibilidades de encontros mais presenciais, com ênfase no ensinar.
32. As novas tecnologias de informação e comunicação têm provocado uma verdadeira transformação na maneira de trabalhar e viver, permitindo o livre trânsito instantâneo de informações. Na educação, o professor se vê diante do desafio de articular ensino-aprendizagem-tecnologia. Nesse processo, entende-se que os recursos de informática
- A) não são o fim da aprendizagem.
 - B) têm como foco a reprodução do conhecimento.
 - C) são fins e meios que podem instigar novas aprendizagens.
 - D) são instrumentos afinados com projetos de aprendizagem, sem a necessidade de um gerenciamento adequado.
33. Inserir as tecnologias digitais, de forma integrada ao currículo escolar, requer uma reflexão sobre alguns componentes fundamentais desse processo. Estão entre esses componentes
- A) o papel dos estudantes em uma proposta de condução da atividade didática que privilegia apenas projetos de aprendizagem.
 - B) o papel do professor e dos estudantes em uma proposta de condução da atividade didática que privilegia as metodologias ativas.
 - C) uma mudança de postura, em que gradativamente o educador se posicione como um mediador, estando no centro do processo.
 - D) o olhar do educador focado na compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem com ênfase nas técnicas de reprodução do conhecimento.

34. A aprendizagem é um domínio de teorias psicológicas, as quais consideram os fatos biológicos, neurofisiológicos, culturais, linguísticos e históricos que tornaram possível a nossa experiência humana. Entre as mais conhecidas, destacam-se as teorias behavioristas, cognitivistas, construtivistas e da aprendizagem social. As teorias construtivistas concentram-se
- A) na modificação comportamental por meio de pares estímulo-resposta e reforço seletivo. Seu foco pedagógico está no controle e na resposta adaptativa.
 - B) nos processos pelos quais os educandos constroem suas próprias estruturas mentais ao interagirem com o meio. Seu foco pedagógico é orientado pelas tarefas.
 - C) no estudo de processos cognitivos pelos quais a observação pode se tornar fonte de aprendizagem. Enfatizam as relações interpessoais envolvendo imitação e modelagem.
 - D) em estruturas cognitivas internas e consideram a aprendizagem como transformações nessas estruturas. Seu foco pedagógico está no processamento e na transmissão de informações.
35. Sobre desenvolvimento e aprendizagem na escola, afirma-se:
- I. o processo de desenvolvimento tem seus parâmetros determinados pela herança genética.
 - II. a aprendizagem dos símbolos não provoca modificações estruturais importantes no funcionamento psíquico, possibilitando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.
 - III. nem toda experiência na escola, seja ela de sucesso ou de fracasso, fará parte do processo de desenvolvimento do estudante.
 - IV. toda aprendizagem realizada deve servir ao desenvolvimento do indivíduo, no momento presente ou no futuro.
 - V. a realização de certas aprendizagens pode causar a reorganização de informações previamente adquiridas.
 - VI. a ação pedagógica que não tem como base as possibilidades de aprendizagem e o desenvolvimento do período de formação e nem as formas de pensamento presente do educando será uma ação pedagógica com pouca probabilidade de sucesso.

Estão corretas as afirmações dos itens

- A) I, II e VI.
 - B) I, III e V.
 - C) I, IV, V e VI.
 - D) II, III, IV e VI.
36. Na perspectiva vigotskiana, o aprendizado deve ser combinado de alguma maneira com o nível de desenvolvimento da criança, gerando a teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), caracterizada como a distância entre
- A) o nível de desenvolvimento real e o potencial.
 - B) o nível de desenvolvimento potencial, o real e o simbólico.
 - C) o nível de desenvolvimento potencial e o simbólico, determinado por meio da solução de problemas de forma independente.
 - D) o nível de desenvolvimento real e o simbólico, que se costuma determinar por meio da resolução do problemas com a ajuda do outro.
37. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais ao desenvolvimento dos sujeitos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, em conformidade com o que preceitua
- A) o Plano Nacional de Educação.
 - B) o Conselho Nacional de Educação.
 - C) as leis municipais e estaduais da educação.
 - D) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente.

38. A BNCC e os currículos têm papéis complementares para assegurar as *aprendizagens essenciais* definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade. Entre outras ações, essas decisões referem-se a
- A) contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares.
 - B) decidir sobre formas disciplinares dos componentes curriculares.
 - C) conceber e pôr em prática situações e procedimentos para mobilizar os docentes e suas aprendizagens.
 - D) construir e aplicar procedimentos de avaliação diagnóstica e classificatória que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem.
39. Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento que favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares. Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades, as quais estão relacionadas a diferentes
- A) competências.
 - B) objetos de conhecimento.
 - C) campos de experiências.
 - D) direitos de aprendizagem.
40. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Entre as atividades do AEE são disponibilizados
- A) adaptações curriculares.
 - B) projetos pedagógicos.
 - C) estratégias pedagógicas.
 - D) programas de enriquecimento curricular.
41. Analise o fragmento textual a seguir, sobre **avaliação da aprendizagem**.

“Poderíamos entender alguns preceitos da LDB 9394/96 a partir de tais princípios delineados. Um processo avaliativo mediador é, por sua natureza, *preventivo*, no sentido de uma atenção constante às dificuldades apresentadas pelos alunos; é *cumulativo* e não somativo, no sentido de que os dados *qualitativos* e *quantitativos* se complementam, permitindo uma análise global do aprendizado do aluno. Dessa forma, a reflexão acerca de tais princípios, pelos professores, para que venham a entender as determinações legais, deveria ser o ponto de partida para a implementação de tais práticas em avaliação”. (HOFFMANN, 1999, pp.36-38).

Considerando o pensamento da autora, explicitado nesse fragmento, um processo avaliativo mediador está embasado em alguns princípios essenciais de avaliação como

- A) investigação docente; da complementaridade das observações sobre o desempenho dos alunos; da provisoriedade dos registros de avaliação.
- B) investigação docente; das observações não sequenciais sobre o desempenho dos alunos; da provisoriedade dos registros de avaliação.
- C) investigação docente; da complementaridade das observações sobre o desempenho dos alunos; da permanência ou conservação dos registros de avaliação.
- D) processo investigativo discente; da complementaridade das observações sobre o desempenho dos alunos; da provisoriedade dos registros de avaliação.

42. Com a Lei nº 11.645/2008, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena torna-se conteúdo obrigatório no currículo do ensino fundamental e médio, em estabelecimentos públicos e privados. O **conteúdo programático** a que se refere esta questão
- A) será ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de história brasileira.
 - B) incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos.
 - C) será ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, com foco nos povos negros e indígenas, especificamente nas áreas de literatura e história brasileira.
 - D) incluirá o estudo exclusivo da história dos africanos, a cultura negra na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
43. Para conduzir as ações relacionadas à obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem, os seguintes princípios:
- A) consciência histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; e ações educativas essencialmente de combate ao racismo.
 - B) consciência social e histórica da diversidade; fortalecimento de direitos; e ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.
 - C) consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; e ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.
 - D) consciência social e histórica da diversidade; garantia de uma sustentabilidade que não viola as identidades locais; e ações educativas essencialmente de combate ao racismo.
44. Numa turma de 1º ano do Ensino Fundamental, a professora Lúcia realizou atividades para diagnosticar os níveis de escritas na turma. Na interação entre a professora e a aluna Letícia, foi possível a docente pontuar algumas questões na fala da criança, quando esta percebeu que havia mais letras para a palavra **VELA** do que as necessárias. A situação narrada a seguir ilustra as questões pontuadas.

Letícia aponta para as duas primeiras letras: **L** (fala **VE**) – **A** (fala **LA**).
Olha indecisa as letras que sobraram e resolve apagar-las.
- *Tenho de apagar, tá sobrando. A vela é pequena, não precisa de tanta letra.*
Em seguida, apaga, deixando apenas as duas letras.

Essa situação de aprendizagem mostra que, ainda meio confusa entre a relação da palavra com o objeto e com o número de letras para representá-la, a criança mostra-se capaz de dividir a palavra em segmentos sonoros, as sílabas, indicando, assim, uma habilidade inicial de *consciência silábica*. Contudo, faz uma correção *quantitativa* e não *qualitativa* ao deixar o **LA** como escrita de **VELA**. Nesta situação, é correto o entendimento de que essa criança

- A) já desenvolveu a consciência silábica.
 - B) ainda não desenvolveu a consciência silábica.
 - C) teve a intenção de colocar uma letra para cada sílaba.
 - D) encontra-se numa escrita silábica sem valor sonoro convencional.
45. Numa gestão escolar democrática, o planejamento participativo se constitui num processo
- A) social.
 - B) político.
 - C) histórico.
 - D) econômico.

46. Como instrumento de organização administrativa e pedagógica, deve expressar o estágio da consciência da comunidade onde está sendo aplicado, constituindo, portanto, a fiel expressão de uma escola livre e democrática a serviço dos interesses da maioria da população, como requer a sociedade atual. Conforme o exposto, é correto inferir que esse instrumento é
- A) o Conselho Escolar.
 - B) o Regimento Escolar.
 - C) a Organização Curricular.
 - D) o Projeto Político Pedagógico.
47. A autora Magda Soares (2020) utiliza o termo *letramento* como capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica o desenvolvimento de algumas habilidades, como
- A) a manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê.
 - B) o domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas.
 - C) orientar-se pelas convenções de leitura que marcam o texto ou de lançar mão dessas convenções ao escrever.
 - D) a aquisição de modos de escrever e de modos de ler (aprendizagem de uma certa postura corporal adequada para escrever ou para ler).

48. No livro *A formação social da mente*, Vygotsky defende:

“O processo de desenvolvimento prepara e torna possível um processo específico de aprendizagem. O processo de aprendizado, então, estimula e empurra para a frente o processo de desenvolvimento. [...] O mais importante aspecto novo desta teoria é o amplo papel que ela atribui ao aprendizado no desenvolvimento da criança”. (Vygotsky, 1991)

Com base nessa citação, considerando-se especificamente a apropriação da escrita alfabética, é correto compreender

- A) a importância da mediação pedagógica no contexto escolar.
 - B) a aprendizagem como um processo de aquisição de informações sobre a escrita, a qual ocorre de dentro para fora.
 - C) que em interação com experiências com a língua escrita em seu contexto social, o desenvolvimento do sujeito ocorre de fora para dentro.
 - D) o desenvolvimento como um processo não resultante dos níveis de maturação psicológica da criança em interação com o contexto sociocultural.
49. De acordo com o Art. 28, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, cabe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar
- A) institucionalização do atendimento educacional especializado, independente do projeto pedagógico da escola.
 - B) oferta de educação bilíngue, em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
 - C) adoção de práticas pedagógicas pelos programas de formação inicial e continuada de professores para o atendimento educacional especializado.
 - D) pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.

50. O planejamento educacional é o instrumento básico para que todo o processo educacional desenvolva a sua ação, num todo unificado, integrando todos os recursos, direcionando toda a ação educativa e que ocorre em vários níveis e categorias. Nesse contexto, o plano de curso

- A) é a organização, menos abrangente, dos planos de aulas, que definem e expressam a sua filosofia da educação, em conformidade com o plano nacional de educação.
- B) compreende a organização dos planos de disciplinas, de unidades, de aulas e de outras atividades ou experiências de ensino, com objetivos e conteúdos bem especificados.
- C) é um instrumento que sistematiza a ação docente, com previsão dos conhecimentos e conteúdos que serão desenvolvidos na sala de aula, assim como a seleção dos melhores procedimentos, técnicas de ensino e instrumentos de avaliação.
- D) é a organização de um conjunto de disciplinas, que vão ser ensinadas e desenvolvidas em uma escola, durante um período relativo à extensão do curso em si, exigido pela legislação ou por uma determinação explícita, que obedece a certas normas ou princípios orientadores.